

BRASIL

Retrato DAS DESIGUALDADES

GÊNERO
RAÇA

Fundo de Desenvolvimento
das Nações Unidas para a Mulher



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

<p>Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada</p> <p>Presidente Glauco Arbix</p> <p>Diretoria de Estudos Sociais Anna Maria T. Medeiros Peliano</p> <p>Diretoria de Administração e Finanças Cinara Maria Fonseca de Lima</p> <p>Diretoria de Cooperação e Desenvolvimento Luiz Henrique Proença Soares</p> <p>Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos Marcelo Piancastelli de Siqueira</p> <p>Diretoria de Estudos Setoriais João Alberto de Negri</p> <p>Diretoria de Estudos Macroeconômicos Paulo Mansur Levy</p> <p>Chefe de Gabinete Pérsio Marco Antonio Davison</p> <p>Assessor Chefe de Comunicação Murilo Lobo</p>	<p>UNIFEM – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher Escritório Regional para o Brasil e o Cone Sul</p> <p>Diretora Ana Falu</p> <p>Vice- Diretora Junia Puglia</p> <p>Programa Igualdade de Gênero e Raça (unifemgeneroraca@undp.org.br)</p> <p>Coordenadora Vera Soares</p> <p>Assistente Mônica Giágio</p> <p>Produção de Indicadores Sonia Tiê Shicasho e Radakian Maurity Sousa Lino</p> <p>Apoio: DFID – Departamento de Desenvolvimento Internacional do Governo Britânico</p>
--	--

Elaboração do Documento
Luana Pinheiro – IPEA
Vera Soares – UNIFEM

Introdução

A motivação inicial para a realização deste estudo foi apontar, de forma clara e compreensível, as enormes desigualdades que se manifestam entre negros e brancos e homens e mulheres nos mais diferentes espaços da sociedade (educação, mercado de trabalho, acesso a bens e serviços, etc). Nesse sentido, destaca-se, ainda, a situação a que mulheres negras, vítimas do racismo e do sexismo, estão submetidas, possuindo os piores indicadores em praticamente todas as áreas analisadas.

Como mostra a pesquisa, hoje, no Brasil, 21% das mulheres negras são empregadas domésticas e apenas 23% delas têm Carteira de Trabalho assinada – contra 12,5% das mulheres brancas que são empregadas domésticas, sendo que 30% delas têm registro em Carteira de Trabalho. Outro dado alarmante é que 46,27% das mulheres negras nunca passaram por um exame clínico de mama – contra 28,73% de mulheres brancas que também nunca passaram pelo exame. Tanto mulheres negras quanto brancas que estão no mercado de trabalho têm escolaridade maior que a dos homens. Porém, isso não se reflete nos salários. A renda média mensal das mulheres negras no Brasil, segundo a última Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio, do IBGE (PNAD 2003), é de R\$ 279,70 – contra R\$ 554,60 para mulheres brancas, R\$ 428,30 para homens negros e R\$ 931,10 para homens brancos (*veja os dados completos da pesquisa nas páginas a seguir ou no CD que acompanha o cartaz*).

Foi justamente em razão dos dados estatísticos como estes que o Estado brasileiro veio, na década de 1990, a reconhecer formalmente, perante a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a existência de racismo, de discriminações baseadas na cor da pele ou na origem étnica dos indivíduos.

Com o intuito de eliminar ou proibir as discriminações fundadas em gênero e raça, o Brasil assinou vários compromissos internacionais neste sentido, ratificou a CEDAW - Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, o Protocolo Facultativo da CEDAW e quase todas as convenções da OIT. Também assinou uma das mais antigas convenções internacionais, a CERD – Convenção Internacional para a Eliminação da Desigualdade Racial.

Além disto, a Constituição de 1988 traz em seu corpo uma série de preceitos que buscam garantir a igualdade entre todos e a não discriminação por qualquer motivo. São exemplos desta questão o artigo 5º da CF que diz: "*Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade...*" (art. 5º, *caput*). A Constituição deixa claro, também, que "*homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações...*" (art. 5º, I). No art. 7º, inciso XXX, encontramos ainda: "*proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil*".

Assim a presença de preconceitos e discriminações não é aceita no corpo jurídico do país. Entretanto os dados que estão apresentados neste conjunto de indicadores apontam para as enormes desigualdades que sofrem as mulheres, e em particular as mulheres negras. Esta violação aos direitos humanos torna-se ainda mais grave quando constatamos a magnitude da população brasileira que está sujeita, cotidianamente, a agressões, humilhações e outros tipos de violências baseadas na sua cor ou raça.

Os comentários que se seguem não esgotam as possibilidades de informação e análise que o conjunto de indicadores oferecem, mas trata-se de apontar para algumas questões, cujo conhecimento e compreensão contribuem para esforços no sentido de modificar esta situação.

Características da População Brasileira

- O que os dados nos apontam é que, em 2003, o país tinha 173.936.282 pessoas, sendo que a grande maioria, cerca de 82%, viviam em zonas urbanas e 18% em zonas rurais. A composição por raça/cor era: 52,7% de brancos, 41,4% de pardos; 6% de pretos; 0,4% amarelos e 0,2% indígenas. Isso significa que quase metade da população brasileira é potencialmente vítima das discriminações raciais e sofre com as desigualdades – educacionais, no mercado de trabalho, no acesso a bens e serviços. Seguindo a mesma lógica, mais da metade da população está sujeita às diversas formas de discriminação em função de seu sexo: em 2003, o Brasil era composto por 48,8% de homens e 51,2% de mulheres.

Neste conjunto de indicadores, como apontado na introdução, estão colocadas em foco as desigualdades de sexo e de raça/cor, considerando negros, o conjunto da população preta e parda.

- A composição da população nas diversas regiões do país é muito diferente. Os brancos são maioria nas regiões sul e sudeste e os negros nas regiões norte e nordeste (ver *tabela1* e *gráfico1*).

Tabela1- Distribuição da população por raça/cor, segundo as grandes regiões, 2003

	brancos	negros
Norte	26%	73%
Nordeste	29%	71%
Sudeste	62%	37%
Sul	82%	17%
Centro-Oeste	43%	56%

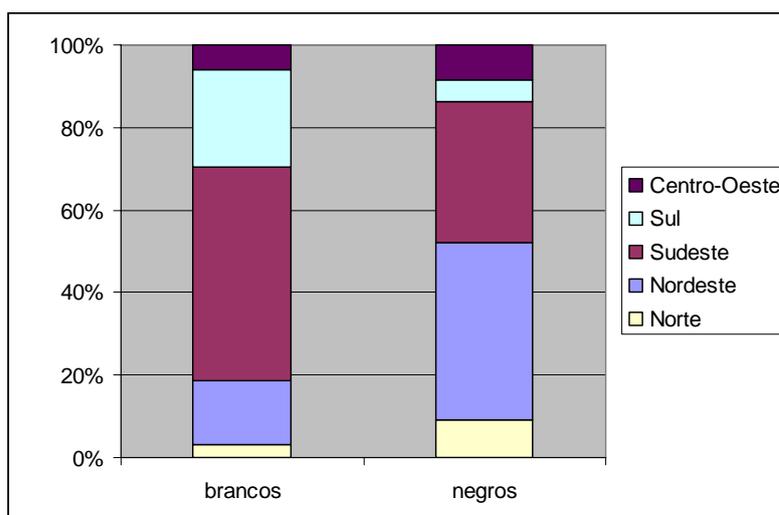


Gráfico 1 - Distribuição da População por raça/cor e grande regiões - Brasil - 2003

Não há diferenças significativas de composição da população quanto a raça/cor entre a zona rural e a urbana (ver gráfico 2).

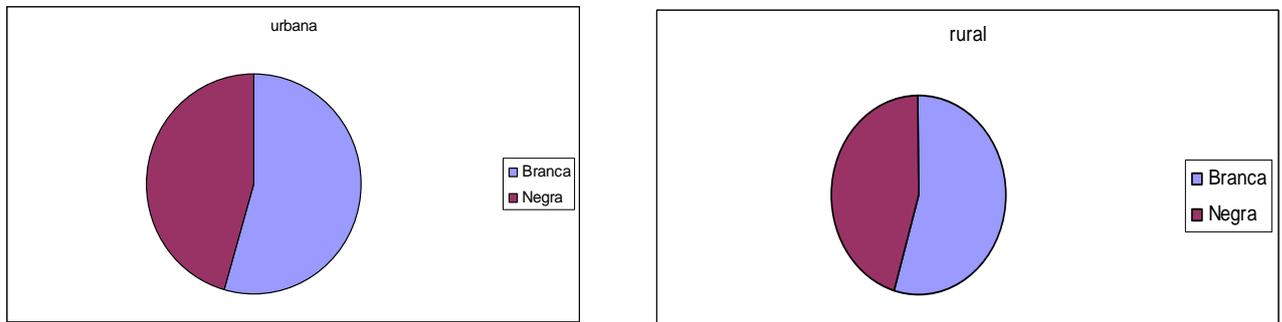
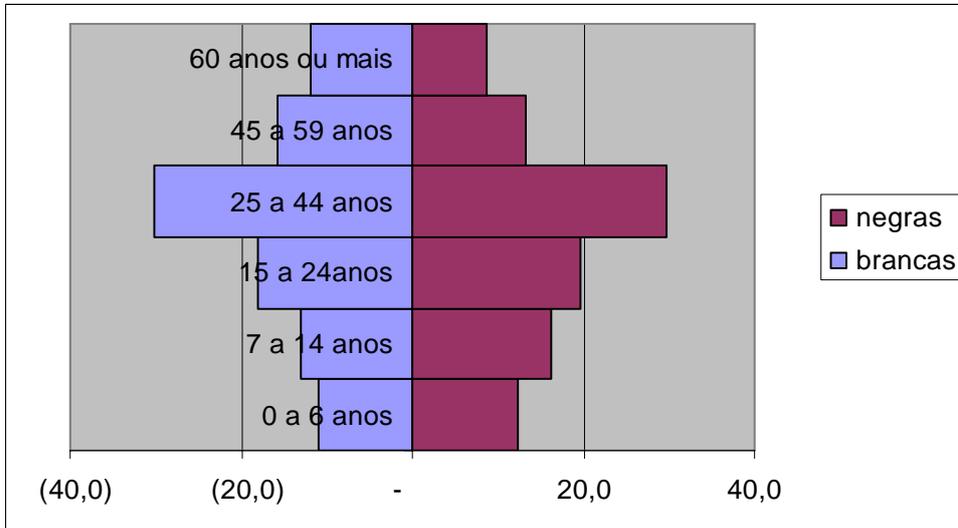


Gráfico 2- Composição da População por raça/cor e urbano e rural, Brasil -2003

- Da população negra, aproximadamente a metade é composta de mulheres. As mulheres negras são mais de 41 milhões de pessoas, o que representa 23,4% do total da população brasileira. São estas que sofrem com o fenômeno da dupla discriminação, ou seja, estão sujeitas a “múltiplas formas de discriminação social (...), em consequência da conjugação perversa do racismo e do sexismo, as quais resultam em uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida”¹. As discriminações de gênero e raça não são fenômenos mutuamente exclusivos, mas, ao contrário, são fenômenos que interagem, sendo a discriminação racial frequentemente marcada pelo gênero, o que significa, portanto, que as mulheres tendem a experimentar discriminações e outros abusos de direitos humanos de forma diferente dos homens.
- A composição etária entre as mulheres brancas e negras é muito semelhante até a faixa de idade entre 25 e 44 anos, a partir daí há diferenças, refletindo as diferenças de esperança de vida. As mulheres brancas, em 2000, esperavam viver 73,8 anos quando nasciam, mulheres negras, 69,5, homens brancos, 68,2 e homens negros, 63,2. Estas diferenças na expectativa de vida refletem, sobretudo, o menor acesso a bens e serviços de saúde, a educação, a serviços de infraestrutura, como abastecimento de água, esgoto, etc - e à maior mortalidade por causas externas (homicídios, acidentes) a negros que estão sujeitos. Gráfico 3

¹ CARNEIRO, Sueli. A batalha de Durban. In: **Revista Estudos Feministas**, ano 10, 1º semestre 2002, p.210.

Gráfico 3 : Distribuição Porcentual da População Feminina Segundo Cor/Raça e Faixa Etária – Brasil - 2003



As Famílias

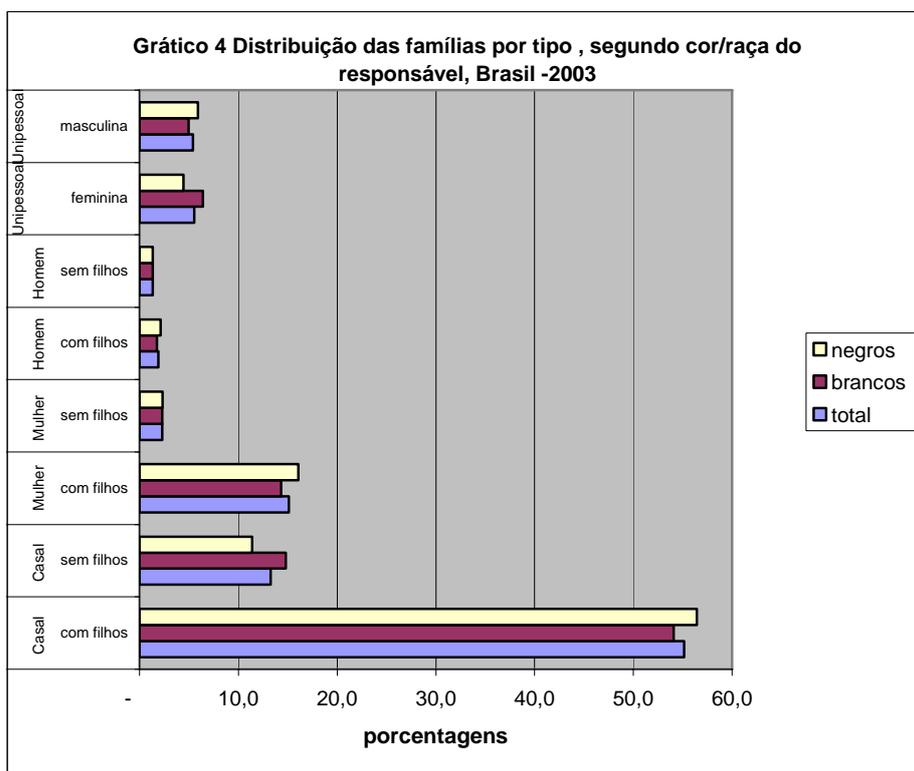
- Há uma tendência nesta década, já observada anteriormente, que é o crescimento de famílias onde as mulheres são as responsáveis. A tabela 2 abaixo aponta que enquanto em 1993, 18,8% das famílias eram do tipo mulher com ou sem filhos e unipessoal feminina, o que pressupõe uma chefia feminina, em 2003, esse valor saltou para 22,9%. Cabe ressaltar que esse é o percentual mínimo de famílias chefiadas por mulheres, pois muitas daquelas cuja estrutura é um casal, com ou sem filhos, também tem chefia feminina.

As famílias constituídas por casal com filhos são a maioria das famílias brasileiras. Em 2003, eram mais de dois terços do conjunto de famílias. É necessário, porém, atentar para as transformações que estão ocorrendo nas estruturas familiares, como o crescimento das famílias cuja responsabilidade são das mulheres, a redução de famílias do tipo casal e o crescimento das famílias unipessoais.

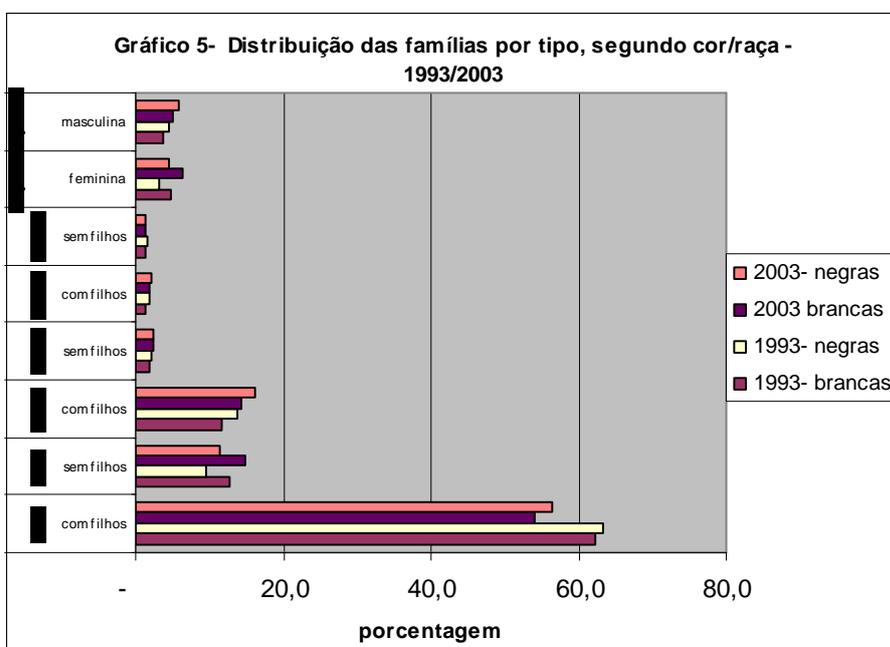
Tabela 2 – Distribuição das famílias segundo tipo e raça/cor do chefe. Brasil, 1993 e 2003

	Casal com filhos	Casal sem filhos	Mulher com filhos	Mulher sem filhos	Homem com filhos	Homem sem filhos	Unipessoal feminina	Unipessoal masculina
1993 -total	62,6	11,4	12,6	2,0	1,7	1,5	4,2	4,0
1993- brancas	62,2	12,7	11,6	2,0	1,5	1,5	4,8	3,8
1993- negras	63,3	9,6	13,9	2,1	1,9	1,5	3,3	4,4
2003 -total	55,1	13,3	15,1	2,3	1,9	1,3	5,5	5,4
2003 brancas	54,1	14,8	14,3	2,3	1,8	1,3	6,4	5,0
2003- negras	56,4	11,4	16,1	2,3	2,1	1,3	4,5	5,9

- As mulheres responsáveis por famílias com filhos constituem, em geral, arranjos familiares do tipo “mulher com filhos”. Nesse sentido, tendem a ser as únicas responsáveis pelo domicílio, sendo a única fonte de renda, o que torna estas famílias mais vulneráveis e estas mulheres certamente estarão sobrecarregadas com os afazeres domésticos e a busca da manutenção econômica da família. São que arcam sozinhas com os cuidados dos filhos e ao mesmo tempo são as que buscam nas atividades remuneradas as condições de vida. Em 2003 esse tipo de arranjo correspondia a 15% do total de famílias no Brasil, enquanto os homens sozinhos responsáveis pelos filhos não ultrapassavam 2%. Gráfico 4.
- Em relação às diferenças de estrutura familiar segundo a raça/cor dos chefes do domicílio, pode-se perceber, pela análise do gráfico abaixo, as mulheres negras são em número maior as responsáveis por famílias do tipo “mulher com filhos” quando comparadas às mulheres brancas. Por outro lado, as brancas tendem a predominar na estrutura “unipessoal feminina”, o que pode estar relacionado às melhores condições econômicas da população branca em relação à negra.



O gráfico 5, a seguir, mostra que o aumento das famílias nas quais as mulheres são as responsáveis se deu tanto nas famílias com chefia de mulheres brancas como nas de mulheres negras.

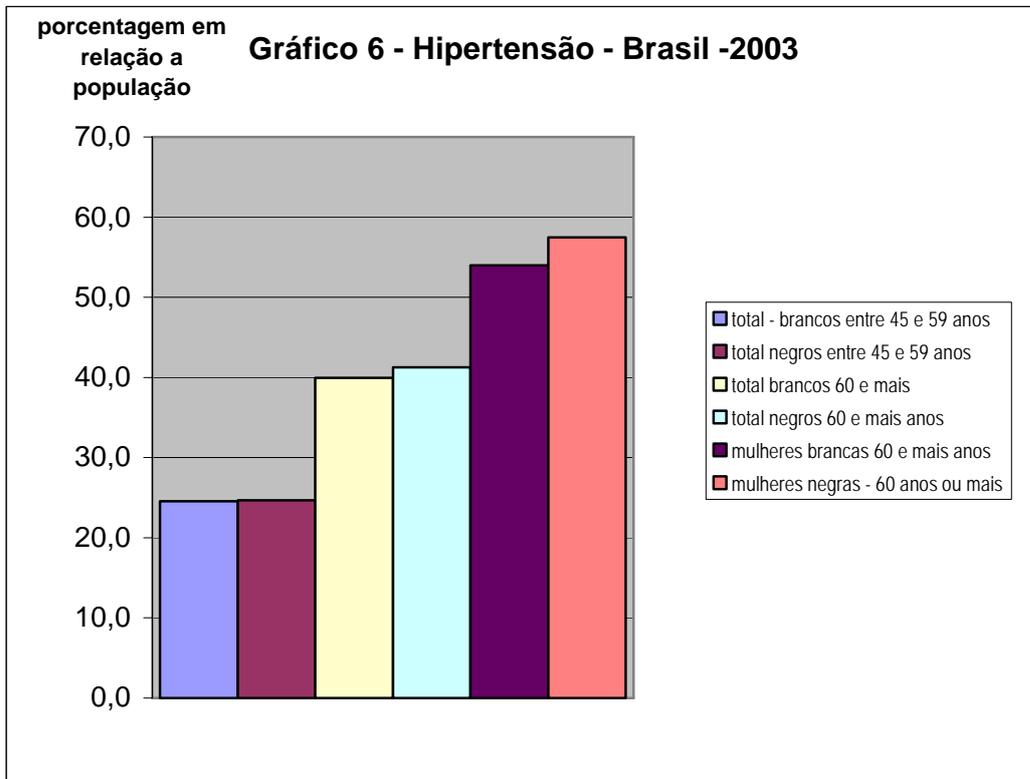


Saúde

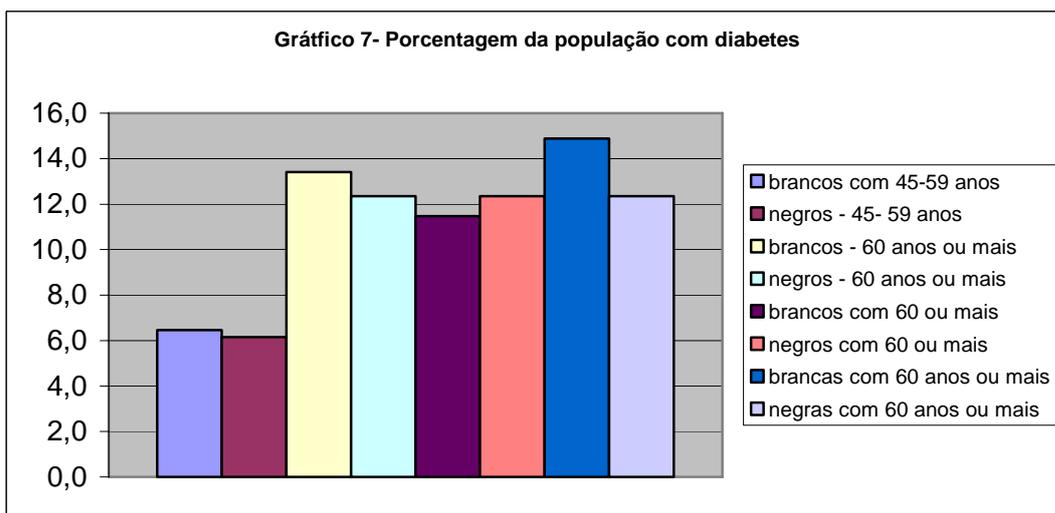
Conhecer as diferenças de acesso aos serviços de saúde, bem como os impactos destas diferenças em cada segmento da população é fundamental para se pensar em políticas públicas que atuem no sentido de promover a igualdade e a universalidade no acesso e na qualidade do atendimento dos serviços públicos.

Algumas diferenças, que se constroem como desigualdades, têm como determinantes o sexo da pessoas, outras a raça/cor e algumas a idade.

- No caso da **hipertensão**, os que nos mostram os dados de 2003, é que, independente da faixa etária analisada a população negra sempre apresenta uma maior taxa de prevalência de hipertensão, sendo que esta taxa é sempre maior conforme se amplia a idade dos indivíduos analisados.
 - Assim, enquanto 28,8% da população branca de 45 a 59 anos e 32,3% da população negra de mesma idade sofriam com hipertensão, esses valores saltavam, respectivamente, para 48% e 50% nos indivíduos de 60 anos ou mais (ver *gráfico 6*).
 - A análise por sexo aponta, ainda, que são as mulheres as maiores vítimas da hipertensão: 24,6% dos homens na faixa etária de 45 a 59 anos e 40,4% dos de 60 anos ou mais sofriam de hipertensão, enquanto para as mulheres esses valores alcançavam 35,3% e 55,3%, respectivamente.
 - Destaque-se também a necessidade de maiores cuidados para as mulheres negras com mais de 60 anos de idade, que são as que apresentam as maiores taxas de hipertensão entre todos os grupos analisados (57,5%).



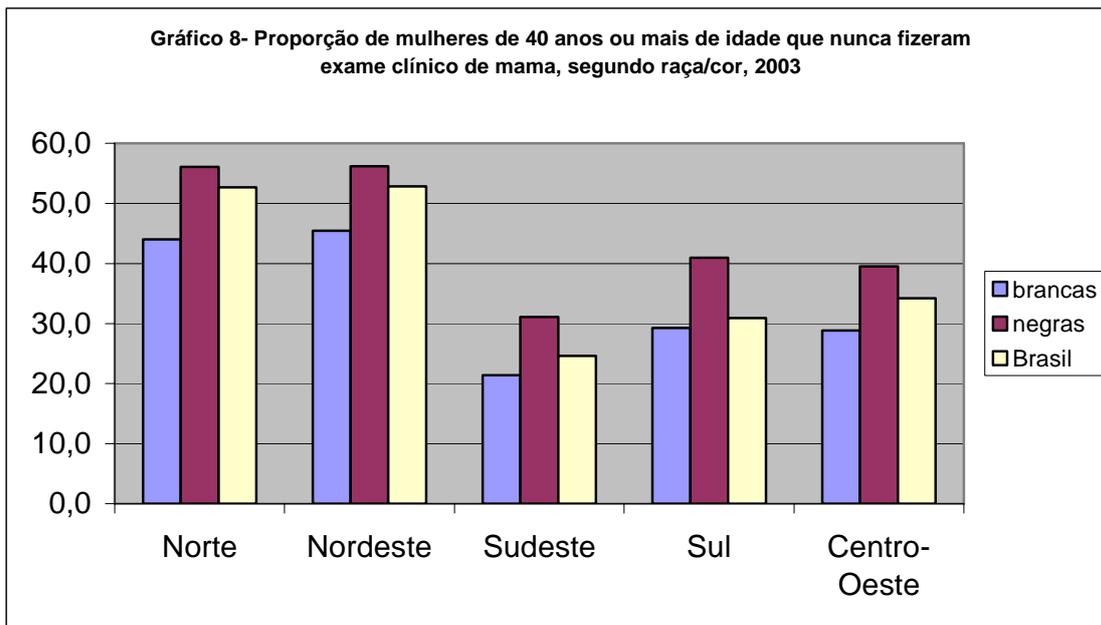
- Diabetes: A mesma análise pode ser feita para o caso dos indivíduos que sofrem com a diabetes. O gráfico 7 baixo traz os resultados.



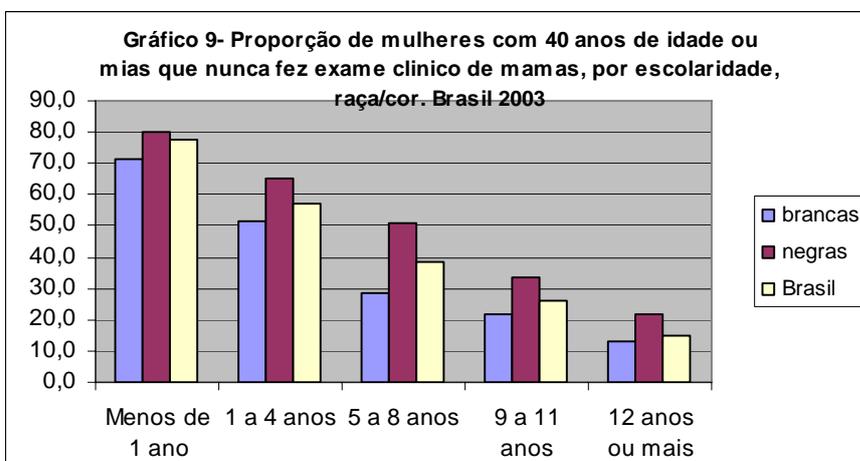
A elaboração de estratégias para a melhoria da qualidade de vida e de saúde depende do conhecimento dos vários fatores que são derivados das condições socioculturais, políticas e econômicas da população, e são estes fatores que podem determinar o acesso a bens

e serviços públicos. As mulheres negras têm menor acesso à educação e são inseridas nas posições menos qualificadas do mercado de trabalho. Estas condições se refletem na ausência de informações e conhecimento sobre o acesso aos serviços de saúde, por exemplo, ao exame clínico de mamas, que é um exame preventivo de extrema importância para detecção precoce do câncer de mama.

- Os dados informam que mais da metade das mulheres negras, com 40 anos ou mais de idade, em regiões como norte e nordeste, nunca realizaram este exame (ver gráfico 8 a seguir)



- A escolaridade é fator determinante do acesso a serviços de saúde. Com efeito, cerca de 70% das mulheres brancas e negras com 40 anos ou mais de idade e com menos de um ano de estudo, nunca fizeram o exame clínico de mamas. Já quando analisamos as mulheres da mesma faixa etária, mas com escolaridade de 12 anos ou mais de estudo, esta porcentagem cai para cerca de 15% (ver gráfico 9, a seguir).



Escolaridade

Um dos momentos importantes que a discriminação se faz presente na vida das pessoas é o momento de socialização via inserção escolar. São os estabelecimentos escolares, juntamente com as famílias, os espaços privilegiados de reprodução (e, portanto, também de destruição) de estereótipos, de segregação e de visualização dos efeitos perversos que esses fenômenos têm sobre os indivíduos.

Os indicadores educacionais expressam, com clareza, as desigualdades a que negros estão submetidos e que, certamente, serão levadas e reproduzidas de forma ainda mais intensa no mercado de trabalho.

- Apesar do crescimento na média de anos de estudo da população em geral (aproximadamente 1,5 anos) ao longo da década 1993-2003, o diferencial entre negros e brancos caiu muito pouco neste período. Se em 1993, esse diferencial era de 2,1 anos a favor dos brancos, em 2003 ele caiu apenas para 1,9. Mas estas diferenças são menores para pessoas com 15 anos ou mais de idade e maiores ainda para 12 anos ou mais de escolaridade

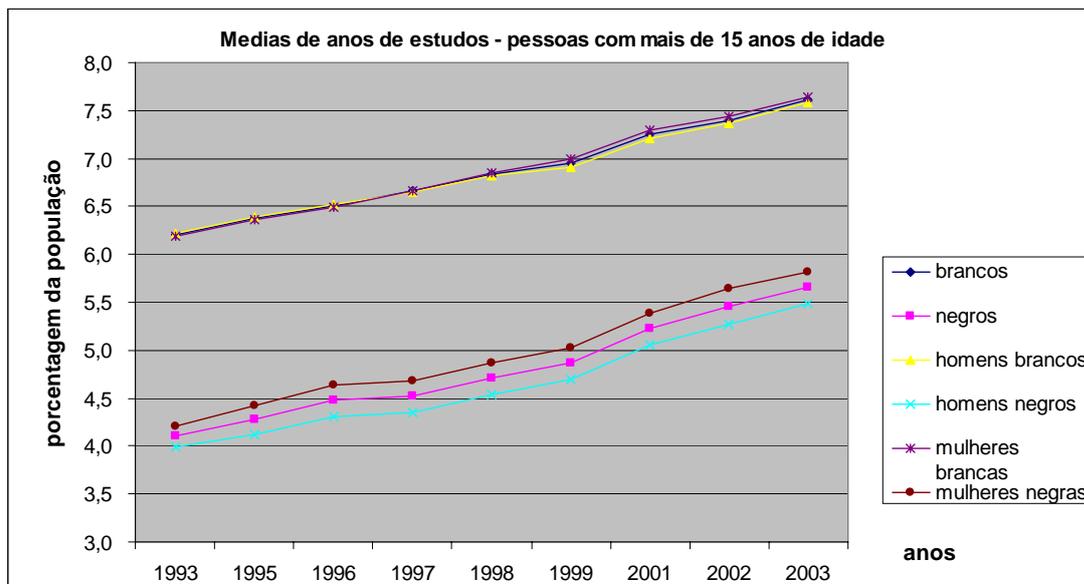
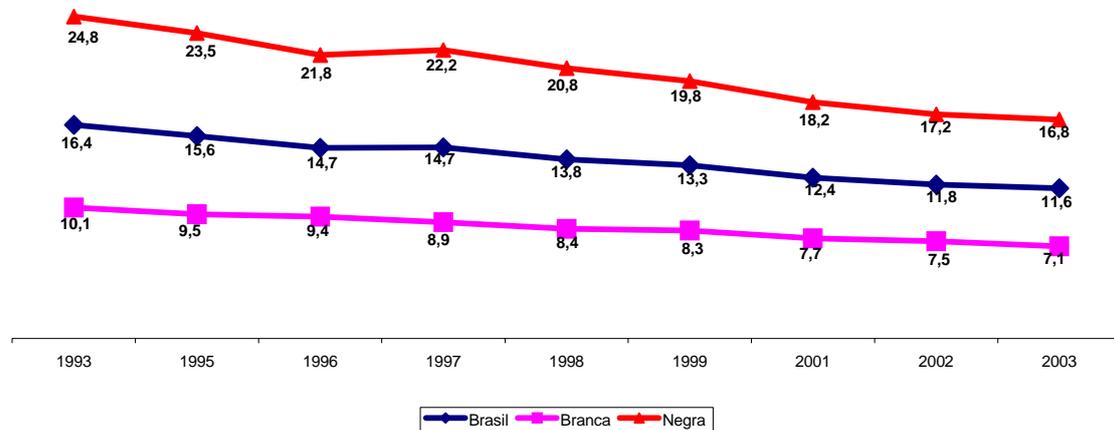


Gráfico 10

- Ainda mais espantosas são as taxas de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais. Acompanhando o progresso dos indicadores educacionais experimentados pelo Brasil ao longo desses 10 anos, as taxas de analfabetismo apresentaram quedas significativas para a população como um todo, caindo de 16,4% em 1993 para 11,6% em 2003. Os benefícios deste avanço, no entanto, não foram suficientes para eliminar, ou mesmo reduzir, as disparidades entre brancos e negros. Assim, enquanto 16,8% dos negros maiores de 15 anos eram analfabetos, em 2003, esse valor era de apenas 7,1% para os brancos. Gráfico 11.
- Interessante destacar que a média nacional, de 11,6% de analfabetos, coloca os negros como um grupo sobre-representado no universo do analfabetismo, enquanto os brancos, inversamente, estão sub-representados.

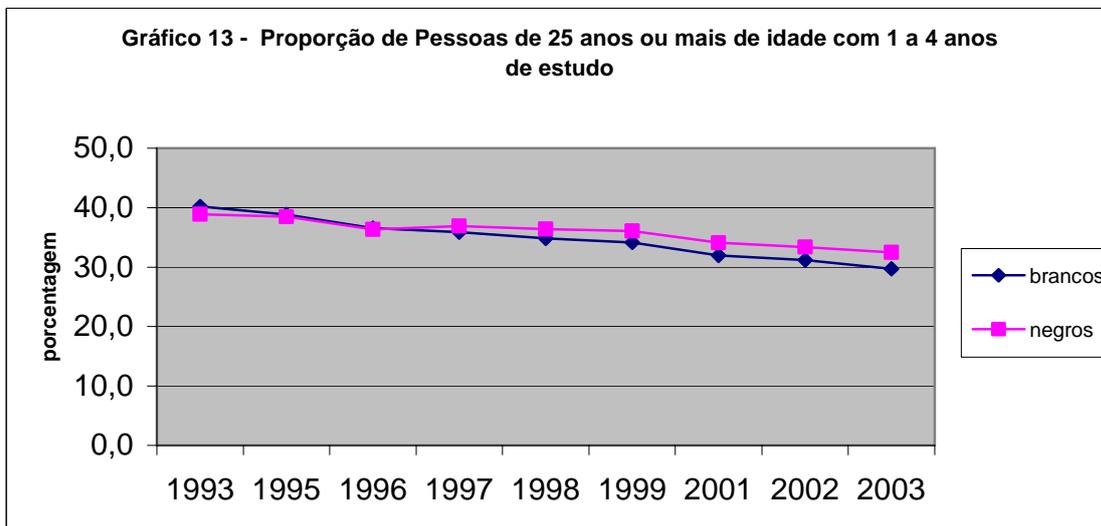
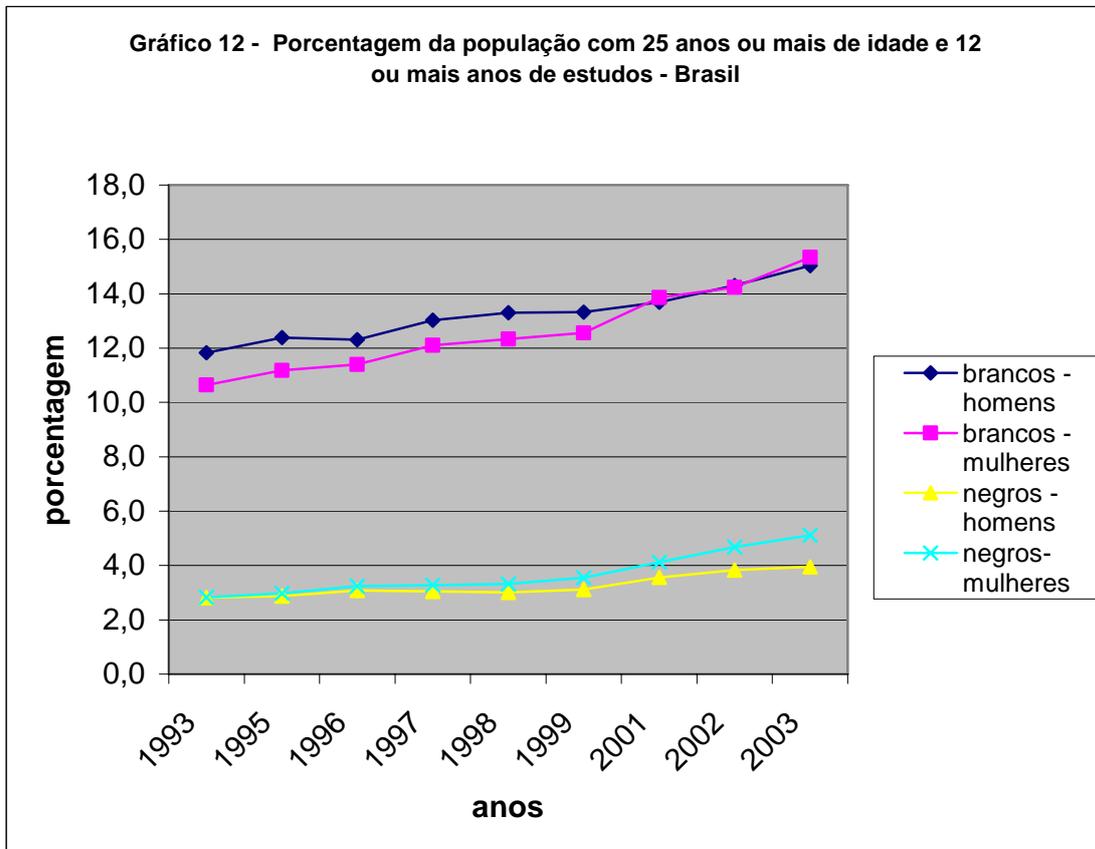
Os gráficos 12 e 13 abaixo indicam que, na década, houve um significativo aumento da

Gráfico 11 - Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, por raça/cor
Brasil, 1993 a 2003



população com 12 anos ou mais de estudo e um declínio das pessoas com escolaridade menor que 4 anos de estudo. Apesar deste comportamento positivo do indicador, as distâncias entre brancos e negros se mantiveram constantes no primeiro caso e apresentaram uma leve piora no segundo.

- Assim, enquanto em 1993, 11,2% da população branca de 25 anos ou mais de idade e 2,8% da negra de mesma faixa etária tinham 12 anos ou mais de escolaridade, em 2003 esses valores subiram para, respectivamente, 15,2% e 4,6%.
- Do mesmo modo, se em 1993 a proporção de brancos e negros com menos de 4 anos de estudo era muito próxima (40,2% no primeiro e 38,9% no segundo caso), em 2003 essa diferença alcançou 2,8 pontos percentuais a favor dos da população branca (29,7% e 32,5%, respectivamente), o que aponta para uma melhora educacional na década muito maior para brancos do que para negros.



Outro indicador capaz de expressar as desigualdades raciais na educação é o de distorção idade-série. Este indicador aponta o percentual de estudantes que estão em séries não condizentes com a sua idade, ou seja, que são mais velhos do que o que seria esperado para aquela série determinada.

- Para a média brasileira, tínhamos, em 1993, 46% dos estudantes do ensino fundamental e 54,6% dos de nível médio matriculados em séries que não estavam de acordo com sua idade. Estes valores caem, respectivamente, para 31,2% e 45,8% em 2003, o que é um avanço significativo. Estes avanços, porém, foram desigualmente distribuídos entre brancos e negros, pois o diferencial das taxas de distorção entre cada um dos grupos acabou aumentando ao longo do período. Assim, em 2003, 38,9% dos estudantes negros do ensino fundamental e 56,4% dos do ensino médio encontravam-se defasados em relação à série adequada que deveriam cursar.

No caso das mulheres, é possível perceber que, atualmente, seu nível de escolarização é superior ao dos homens, o que, como se sabe, não é suficiente para lhe garantir melhores postos de trabalho e remunerações. A grande maioria dos indicadores mostra avanços maiores para as mulheres em comparação aos homens, ocorrendo, em alguns casos, inversões de tendências

- **Diferencias nas taxas de escolarização líquida** entre homens e mulheres e negros e brancos. A taxa de escolarização líquida fornece a proporção da população matriculada no nível/modalidade de ensino considerado adequado conforme as seguintes faixas etárias: educação infantil: menores de 6 anos; ensino fundamental de 7 a 14 anos; ensino médio de 15 a 17 anos e ensino superior de 18 a 24 anos. Em 2003, conforme aumenta o grau de ensino, diminuem as taxas de escolarização líquida. No ensino médio as mulheres têm uma diferença significativa em relação aos homens, o que vai refletir em sua maior escolaridade, mas não necessariamente em sua melhor inserção, por exemplo, no mercado de trabalho (ver *tabela 3*).

Tabela 3 – Taxa de escolarização líquida por nível de ensino, segundo cor/raça e sexo - Brasil, 2003

	homem branco	mulher branca	homem negro	mulher negra
Educação Infantil	34,4	35,2	32,2	33,1
Ensino Fundamental	94,8	95,2	92,2	93,3
Ensino Médio	49,5	60,1	27,9	36,3
Ensino Superior	14,9	18,2	3,7	5,2

Mercado de Trabalho

Os dados disponíveis sobre as desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho apontam para uma pior situação de negros e mulheres em praticamente todos os indicadores analisados. Expressam, ainda, a perversa manifestação da dupla discriminação que atinge **mulheres negras**, e que faz com que estas, vítimas do racismo e do sexismo, encontrem-se concentradas nos piores postos de trabalho, recebendo os menores rendimentos, sofrendo com as relações informais de trabalho (e sua conseqüente ausência de proteção social tanto presente quanto futura – aposentadoria) e ocupando as posições de menor prestígio na hierarquia profissional.

- **A entrada no mercado de trabalho** - Já na entrada do mercado de trabalho, existem diferenças significativas entre mulheres e homens e brancos e negros. No que se refere às diferenças de gênero, os dados apontam para uma participação bastante inferior, proporcionalmente, das mulheres no mercado de trabalho em comparação aos homens de 10 anos ou mais de idade. Com efeito, enquanto pouco mais de 50% das mulheres encontram-se empregadas ou à procura de emprego, esse percentual sobe para quase 73% quando analisamos o grupo masculino. Contribuem para esse cenário, principalmente: i) a ainda persistente divisão sexual dos trabalhos; ii) a falta de equipamentos públicos, como creches e pré-escolas, que possam liberar as mulheres de renda mais baixa para o trabalho remunerado; e iii) a não consideração, entre a população economicamente ativa, de mulheres que contribuem de maneira significativa para a economia brasileira: as donas de casa. Gráfico 14.

Taxa de atividade por sexo - Brasil - 1992/2003

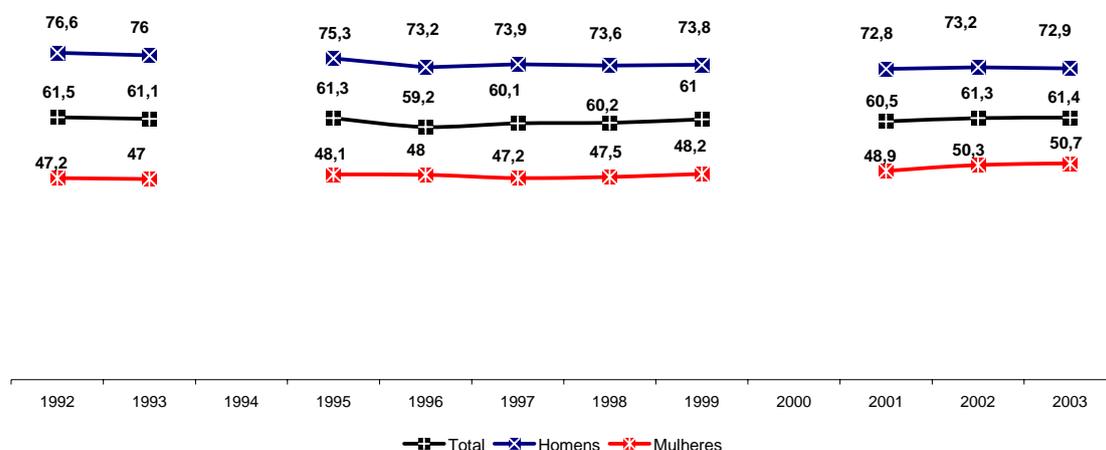


Gráfico 14

Existem diferenças importantes no momento de entrada e de saída de indivíduos pertencentes a grupos raciais distintos. Como os dados apontam (ver gráfico 15, a seguir): os negros tendem a entrar mais cedo e sair mais tarde do mercado de trabalho. A entrada precoce de crianças e jovens no mundo do trabalho e a conseqüente necessidade de conciliar trabalho e estudo, leva não só a uma taxa de abandono escolar mais elevada entre os negros, mas também a piores performances no sistema educacional, que, somadas às manifestações racistas que permeiam a sociedade, acabam desestimulando os jovens negros a permanecerem na escola e os coloca em situação de desvantagem perante seus colegas brancos.

- **A inserção no mercado** em condições mais precárias do que os brancos, faz com que negros tenham maior tendência a estarem sujeitos a relações informais de trabalho e, portanto, a terem contribuído menos para a previdência. Têm, portanto, que permanecer mais tempo trabalhando na velhice, de forma a complementar o baixo valor de seus rendimentos de aposentadoria ou mesmo para compensar a sua inexistência.

Taxa de atividade segundo cor/raça e faixa etária - Brasil, 2003

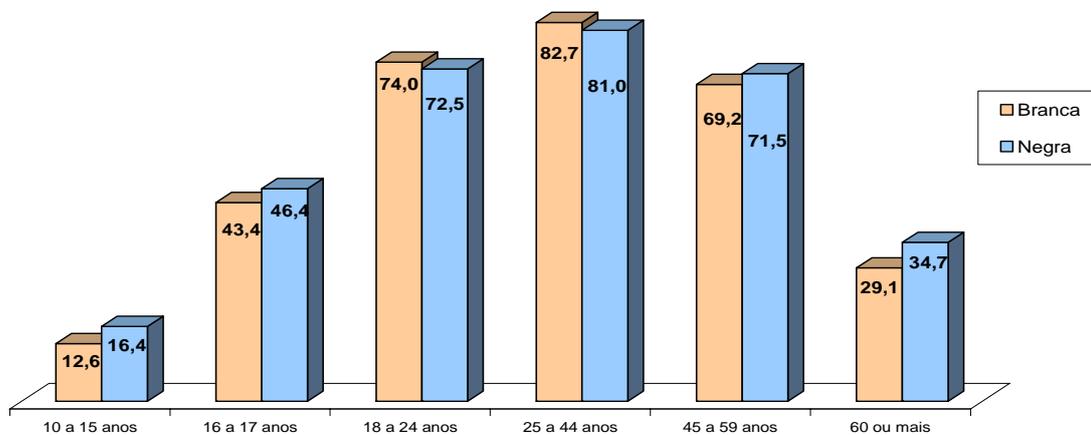


Gráfico 15

- **A cor e o sexo dos desempregados** - A decisão de entrar no mercado de trabalho não é concretizada de forma igualitária para os diferentes grupos populacionais. Mulheres e negros encontram mais dificuldades para ocupar postos de trabalho, sejam eles formais ou informais. O gráfico, 16, abaixo, aponta para uma maior probabilidade desses grupos encontrarem-se na situação de desemprego. Enquanto quase 8% dos homens e 10,6% dos brancos encontravam-se desempregados em 2003, esses valores saltavam para 12,4% e 12,6% no caso de mulheres e negros, respectivamente. Cabe destacar, ainda, que o aumento nas taxas de desemprego, verificada entre 1996 e 2003, se deu de forma mais intensa para mulheres e negros do que para a população branca ou masculina.

Taxa de desemprego, por raça/cor e sexo
Brasil, 2003

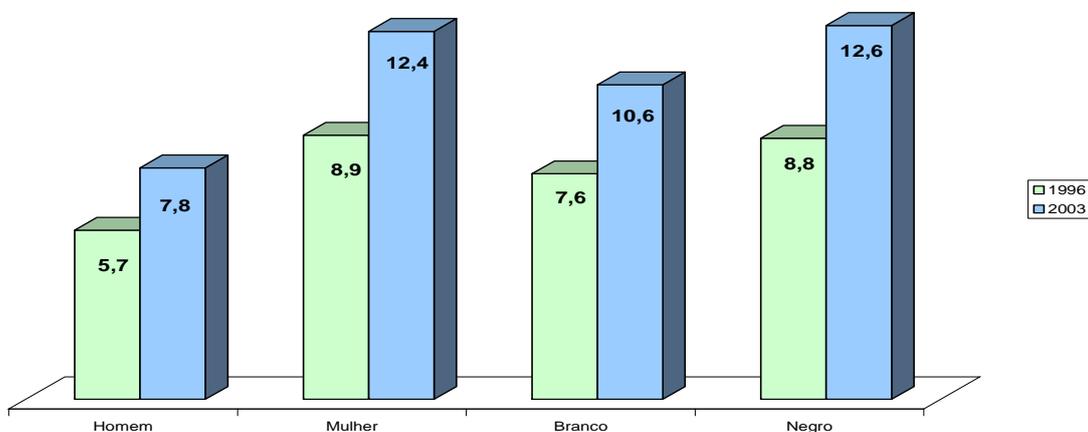
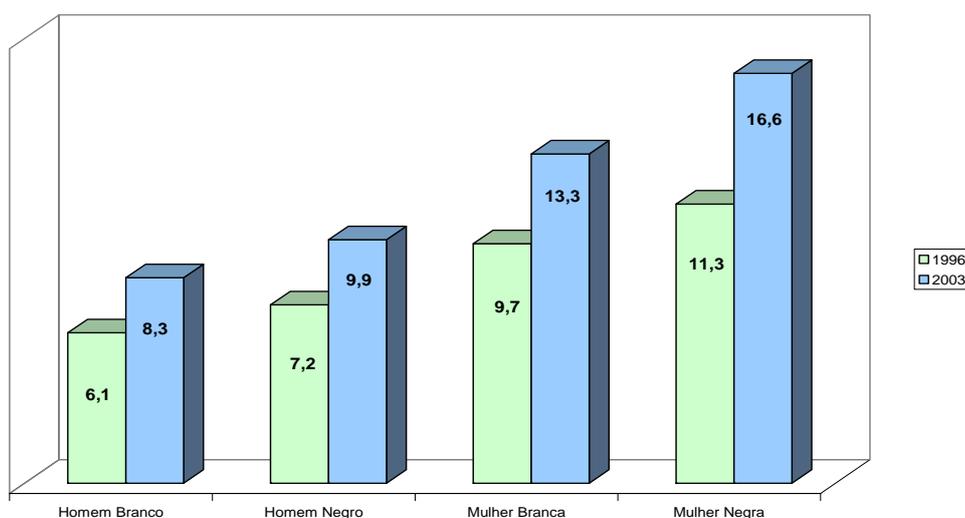


Gráfico 16

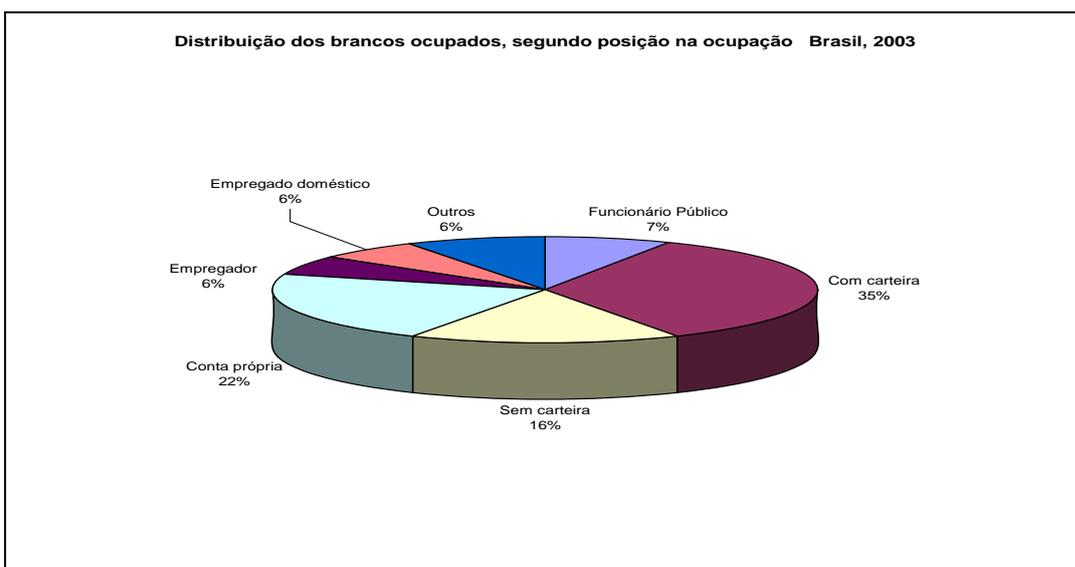
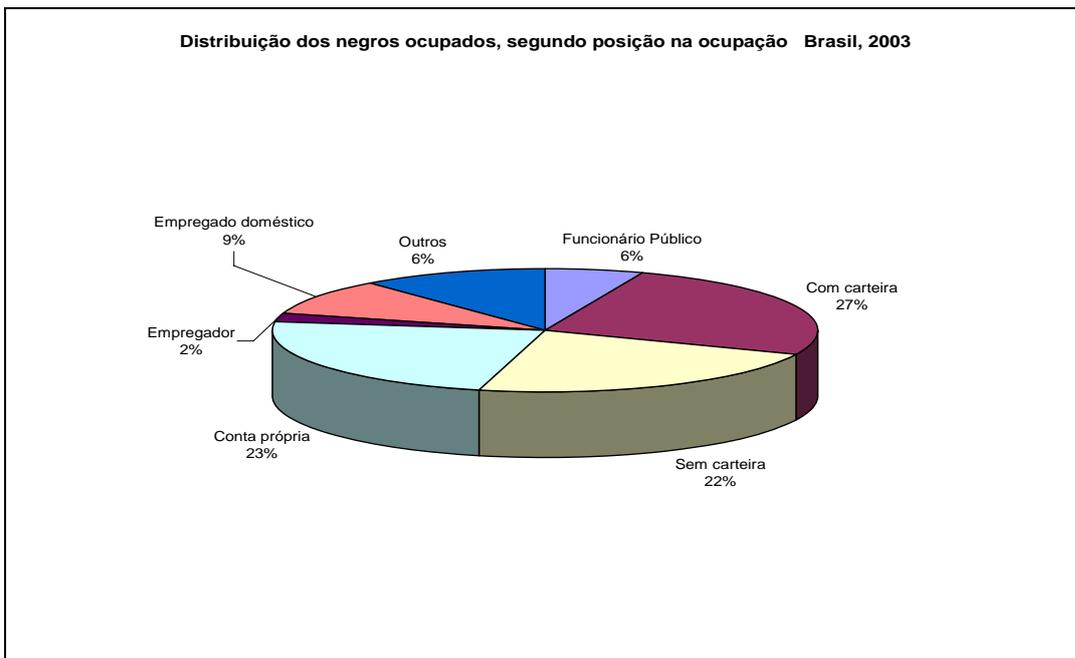
- **A análise cruzada por sexo e cor/raça** revela que entre homens brancos e mulheres negras existe uma diferença de quase 9 pontos percentuais nas suas taxas de desemprego. Enquanto para os homens brancos esse valor é de 8,3%, para as mulheres negras ele sobe para 16,6% (ver gráfico 17). Essa é uma clara manifestação da dupla discriminação a que este grupo está submetido, pois, de um lado, as mulheres negras são excluídas dos “melhores” empregos simplesmente por serem mulheres, de outro elas também são excluídas dos “empregos femininos”, como aqueles que requerem contato com o público, simplesmente por serem negras. Gráfico 16.

Gráfico 17

Taxa de desemprego, segundo sexo e cor/raça Brasil, 1996 e 2003

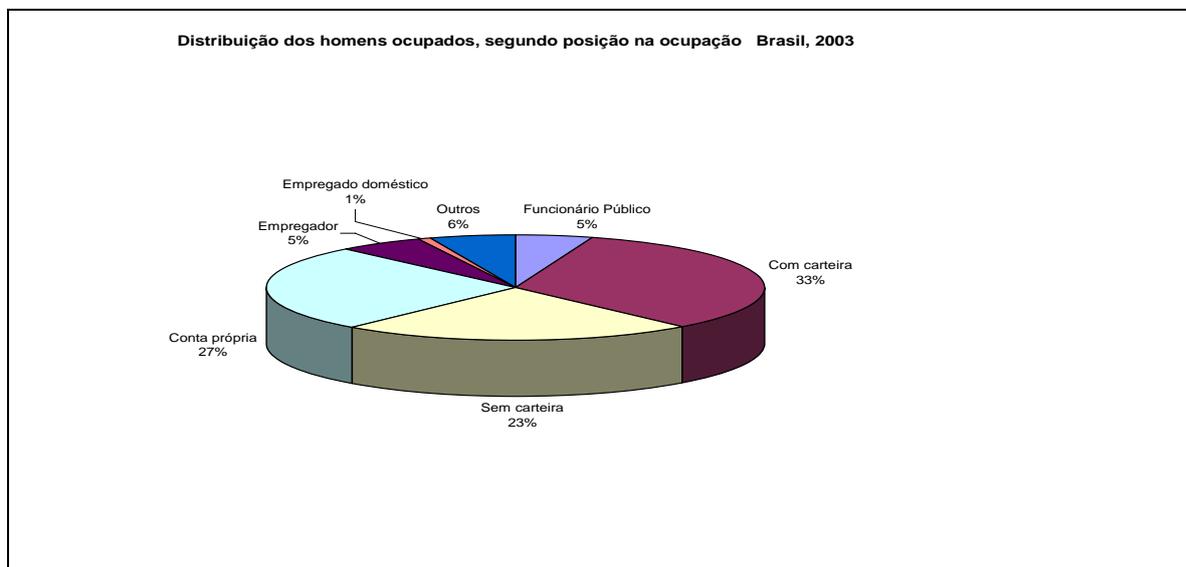
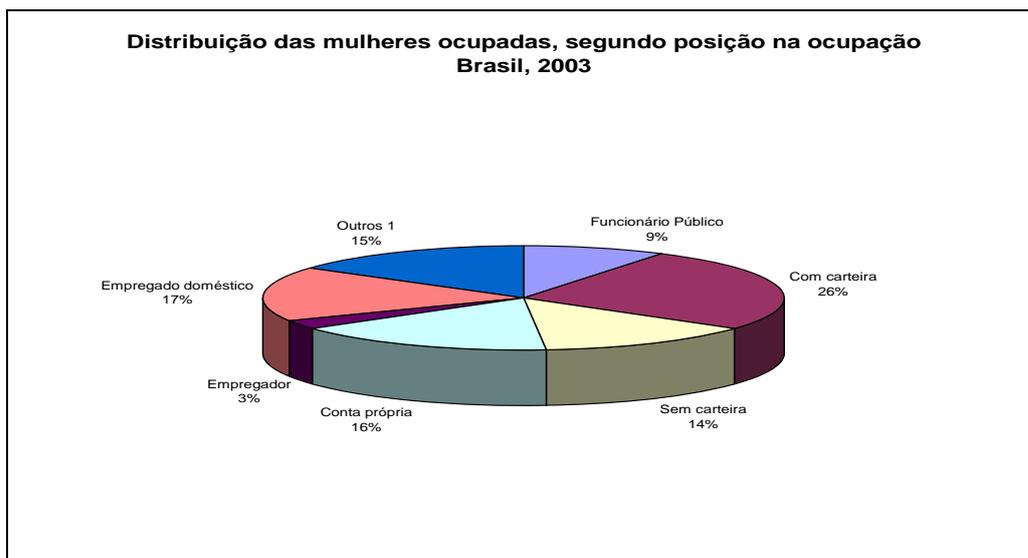


- **Lugares de negros e de mulheres** - Se observarmos onde se situam os negros no mercado de trabalho, a partir dos dados de posição na ocupação, fica claro que estes se concentram em atividades mais precárias e com menor proteção social do que a população branca. Ver gráficos 18 e 19, a seguir.
- Enquanto 34,5% dos brancos estão em ocupações com carteira assinada, apenas 25,6% dos negros estão na mesma situação.
 - De forma semelhante, 5,9% dos brancos são empregadores, apenas 2,3% dos negros o são.
 - No outro extremo, 22,4% de negros concentrados em atividades sem carteira assinada e apenas 16,2% dos brancos em mesma posição.



Gráficos 18 e 19

- **No caso das desigualdades de gênero**, as mulheres encontram-se mais concentradas, proporcionalmente, em trabalhos informais e precários do que os homens. Das mulheres ocupadas com 16 anos ou mais, 17% são empregadas domésticas, e, dentre estas, a grande maioria são mulheres negras que, em geral, não desfrutam de qualquer direito trabalhista, pois não trabalham com carteira assinada e não recolhem FGTS. Por outro lado, enquanto apenas 2,6% são empregadoras e 26% tem carteira assinada, entre os homens essas proporções sobem para 5,5% e 33,3%, respectivamente. Ver gráficos 20 e 21.



Gráficos 20 e 21

- **O fenômeno da discriminação composta:** são as mulheres pretas ou pardas as mais penalizadas, destacando-se a elevada concentração destas no emprego doméstico (22,4%) e trabalhadores sem remuneração (10,2%). Gráfico 22

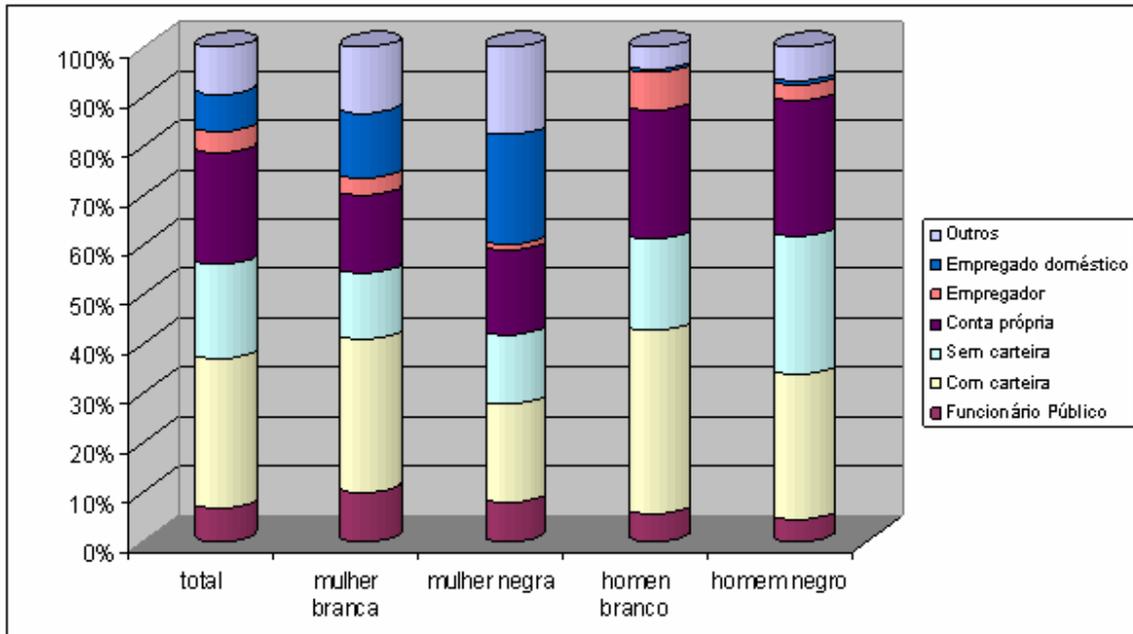


Gráfico 22

- **Desigualdades no rendimento** - Os dados de rendimento médio da ocupação principal no mercado de trabalho capturam as desigualdades de gênero e raça de forma bem evidente. Como consequência das desigualdades educacionais, da segregação de mulheres e negros em postos de trabalho de menor qualidade e do fenômeno da discriminação em si mesmo, os rendimentos de homens e de brancos tendem a ser muito mais altos do que o de mulheres e negros. Gráfico 23.
 - Em 2003, os homens recebiam, em média, R\$695,4 ao mês, enquanto as mulheres recebiam apenas R\$439,9, o que equivale a cerca de 2/3 do salário masculino. De forma ainda mais intensa, os negros recebiam cerca de 48% do salário dos brancos, perfazendo R\$369 em média por mês, contra R\$769 dos brancos.
 - Os dados evidenciam, ainda, a situação das mulheres negras: Mulheres brancas ganham, em média, 59,5% do que ganham homens brancos, enquanto as mulheres negras ganham 65% dos homens do mesmo grupo racial e apenas 30% do rendimento médio de homens brancos.

Rendimento médio mensal do trabalho, segundo raça/cor e sexo - Brasil, 2003

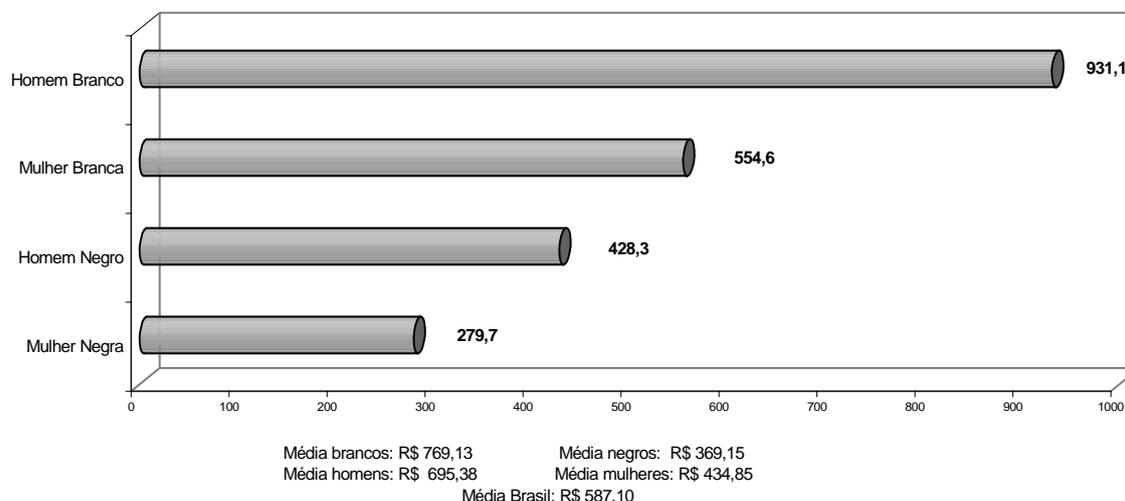


Gráfico 23

É muito freqüente a argumentação de que os diferenciais de rendimentos se devem sobretudo aos diferenciais na qualificação. De fato, no caso dos negros, em virtude de todo o processo discriminatório que se dá no ambiente escolar e da necessidade cada vez mais intensa que este grupo tem de abandonar os estudos para se dedicar ao trabalho, seus indicadores educacionais são sistematicamente inferiores aos dos brancos. Cabe destacar, porém, que as diferenças de escolaridade entre brancos e negros explicam apenas uma parte da desigualdade salarial. Parte significativa dessa diferença é explicada pela discriminação propriamente dita, o que vem sendo comprovado por uma série de estudos desenvolvidos nessa área².

Já no caso das mulheres essa tese cai por terra, pois elas apresentam em média um ano a mais de escolaridade que os homens e possuem melhores condições educacionais, qualquer que seja o indicador analisado. Em 2003 elas tinham, em média 7,8 anos de estudos contra 6,8 dos homens (a média brasileira era, em 2003, de 7,2 anos), o que não lhes garantiu melhores condições de trabalho, ou ao menos as mesmas condições de trabalho, ofertadas aos homens. Gráfico 24.

² A esse respeito consultar RANGEL, Leonardo. *Nota sobre rendimentos e desigualdade racial, em 2003*. Brasília, Dioc/Ipea, julho de 2005.

**Média de anos de estudo, por raça/cor e sexo -
Brasil, 2003**

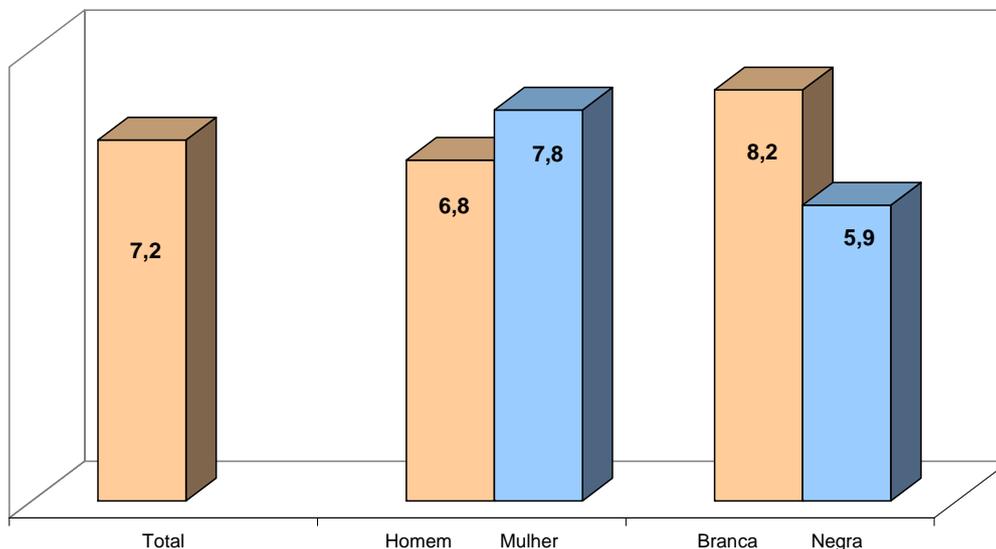


Gráfico 24

Trabalho Doméstico

A análise das condições das trabalhadoras brasileiras que prestam serviços domésticos revela que este, que é um dos grandes nichos de ocupação feminina e, especialmente, de mulheres negras, é um setor marcado pela informalidade, pela precariedade e pela exploração.

- **A magnitude do emprego doméstico no universo feminino** - Em 2003, do total da população feminina ocupada, 16,3% eram empregadas domésticas. Este número vem caindo significativamente desde 1996, quando era de 19,4%. Se levarmos em conta a desagregação por raça dessas informações, temos que:
 - Das 5,7 milhões de mulheres empregadas no trabalho doméstico, em 2003, 3,2 milhões, ou 58%, eram mulheres negras.
 - O emprego doméstico tem um peso relativo ainda maior para as negras do que para as brancas, pois das mulheres ocupadas, em 2003, 22,4% das negras e 13,3% das brancas eram empregadas domésticas. Note-se que o percentual de negras empregadas no trabalho doméstico é sempre superior à média nacional, enquanto o de brancas é sempre inferior.

Proporção de trabalhadoras domésticas no total de ocupados, segundo cor/raça
Brasil, 1996 a 2003

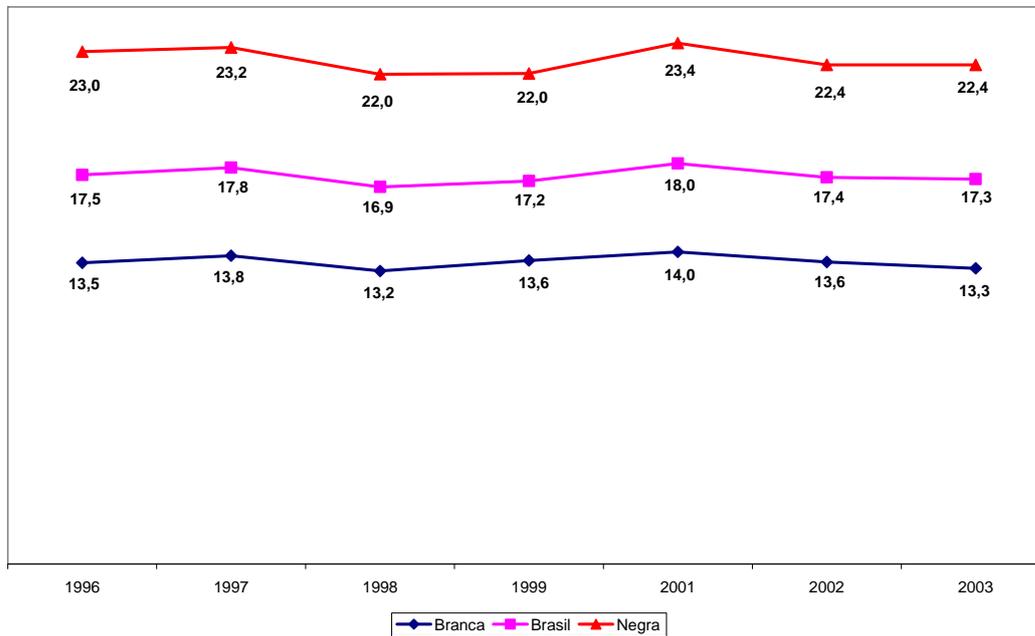


Gráfico 25

- **O baixo nível de proteção social** - O quadro de exclusão e de desigualdades raciais se reflete na reduzida proporção de empregadas domésticas que tinham acesso à proteção social do Estado. Assim, apenas 26% delas efetivamente possuíam carteira de trabalho assinada e 28% contribuía para a previdência social, em 2003³. Cabe destacar que estes valores vêm crescendo ao longo do tempo, o que aponta uma melhora na situação de formalização e de garantia de direitos. No entanto, os atuais percentuais ainda são extremamente elevados.

Mais uma vez, porém, existem diferenciais significativos nesses valores quando consideramos a raça dessas trabalhadoras.

- Com efeito, enquanto 30% das empregadas brancas tinha carteira assinada, em 2003, apenas 23,4% das negras estavam na mesma condição.
- De maneira semelhante, 32,7% das brancas contribuía para a previdência e tinham, portanto, assegurado o seu direito à aposentadoria, enquanto apenas 25% das negras desfrutavam da mesma situação.

³ Trata-se de um direito constitucional. A esse respeito, consultar CF/88, Art. 7º, parágrafo único.

Proporção de trabalhadoras domésticas com carteira assinada e contribuintes da previdência social Brasil, 2003

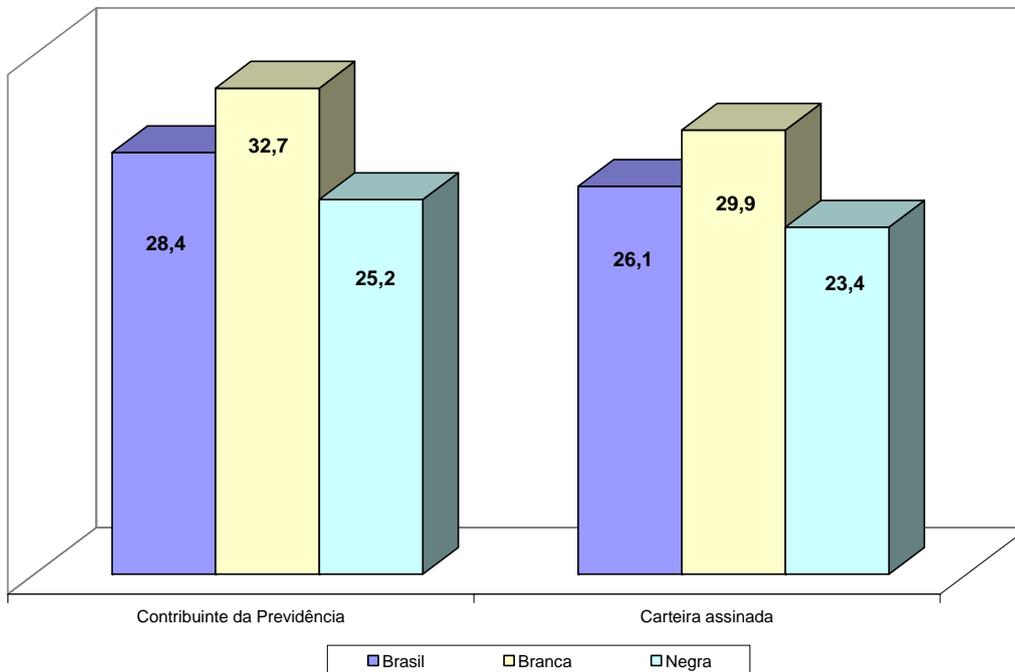


Gráfico 26

- **Uma ocupação de baixas remunerações** - Outro dado que aponta para as desigualdades raciais é o que informa sobre o rendimento/dia das trabalhadoras domésticas. Enquanto as brancas recebiam, em 2003, R\$16,35 pelo dia trabalhado, as negras auferiam apenas R\$13,43, o que corresponde a 82% da remuneração das brancas. Considerando a média nacional de R\$14,66 por dia, as brancas apresentam uma remuneração equivalente a 112% da média, enquanto as negras, mais uma vez em pior situação, recebiam 92%.
 - Cabe destacar que o rendimento/dia médio da população ocupada brasileira aproxima-se de R\$20,00, o que reitera o caráter precário e excludente da ocupação de trabalhadora doméstica.
- **Jornadas de trabalho excessivas** : observamos o número médio de horas trabalhadas durante a semana, podemos notar que as empregadas domésticas possuem uma jornada de trabalho intensa. Mais de 43% trabalham 40 horas ou mais por semana; jornada, esta, que vem diminuindo desde 1996, quando 52% encontravam-se nessa situação.
 - A situação, porém, é ainda mais grave para as mulheres negras, cuja parcela que trabalha mais de 40 horas semanais atinge 47,3%, em 2003. Já no caso das brancas, a maioria (41,5%) exerce suas atividades num período de 20 a 40 horas semanais, enquanto aquelas que trabalham mais de 40 horas perfazem 38,4%, o que não deixa de ser um número ainda muito alto, mas é bem inferior ao das mulheres negras.

**Distribuição das trabalhadoras domésticas, segundo cor/raça e jornada de trabalho semanal
Brasil, 2003**

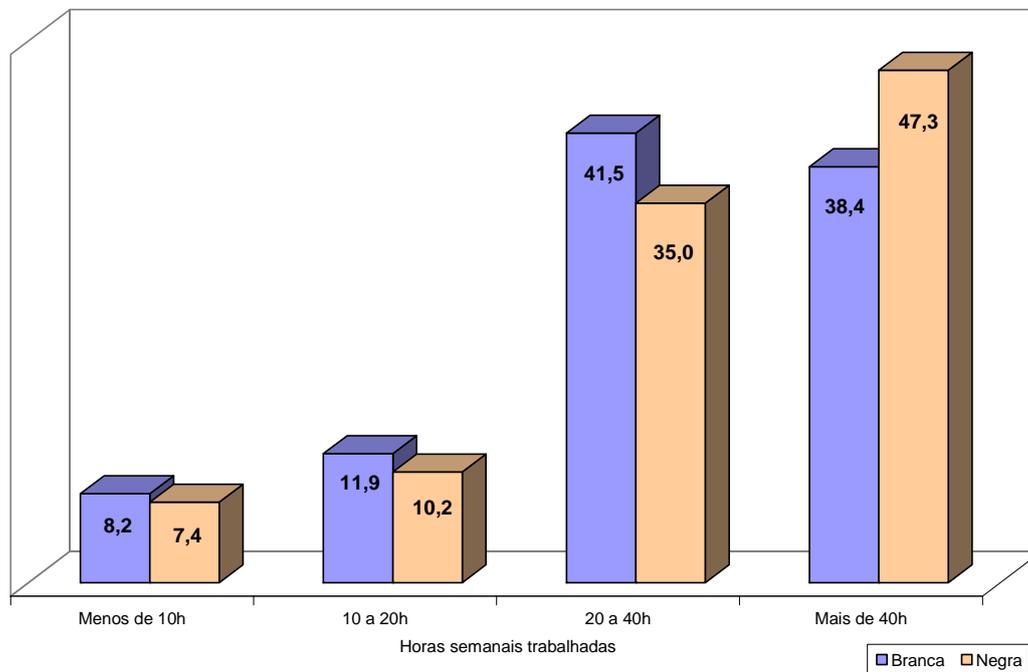


Gráfico 27

Habitação

No que se refere aos indicadores de habitação, cabe destacar que são os domicílios chefiados por indivíduos negros ou por mulheres aqueles que encontram-se sempre em piores condições, seja no tocante à maior probabilidade de estarem localizados em assentamentos subnormais, seja no que diz respeito à existência de esgotamento sanitário, abastecimento de água ou coleta de lixo.

Nesse sentido, um indicador que permite visualizar claramente as desigualdades de gênero e raça no campo habitacional é aquele que diz respeito à proporção de domicílios localizados em assentamentos subnormais. Assentamentos subnormais equivalem ao conjunto constituído por unidades habitacionais (barracos, casa, etc), que ocupam, ou ocuparam até recentemente, terrenos de propriedade alheia e que estão, em geral, dispostos de forma desordenada e densa e são carentes de serviços públicos essenciais: seriam semelhantes ao que costumamos chamar de favelas.

- Enquanto 2,6% dos domicílios chefiados por brancos estão localizados em assentamentos subnormais, mais de 5%, ou seja, o dobro, são chefiados por negros. No que diz respeito às desigualdades de gênero, os percentuais são de 3,5% para os domicílios chefiados por homens e de 4,5% daqueles chefiados por mulheres. O que se pode observar, aqui, é que domicílios chefiados por homens ou mulheres brancas encontram-se abaixo da média nacional que foi de 3,8% em 2003. Já aqueles chefiados por mulheres ou homens negros encontram-se bem acima desse valor, chegando a atingir 6,4% no caso de chefia de mulheres negras o que, deve estar relacionado à condição de pobreza mais intensa destes grupos em relação ao dos brancos (ver gráfico 28).

Proporção de domicílios em assentamentos subnormais, segundo cor/raça e sexo do chefe
Brasil, 2003

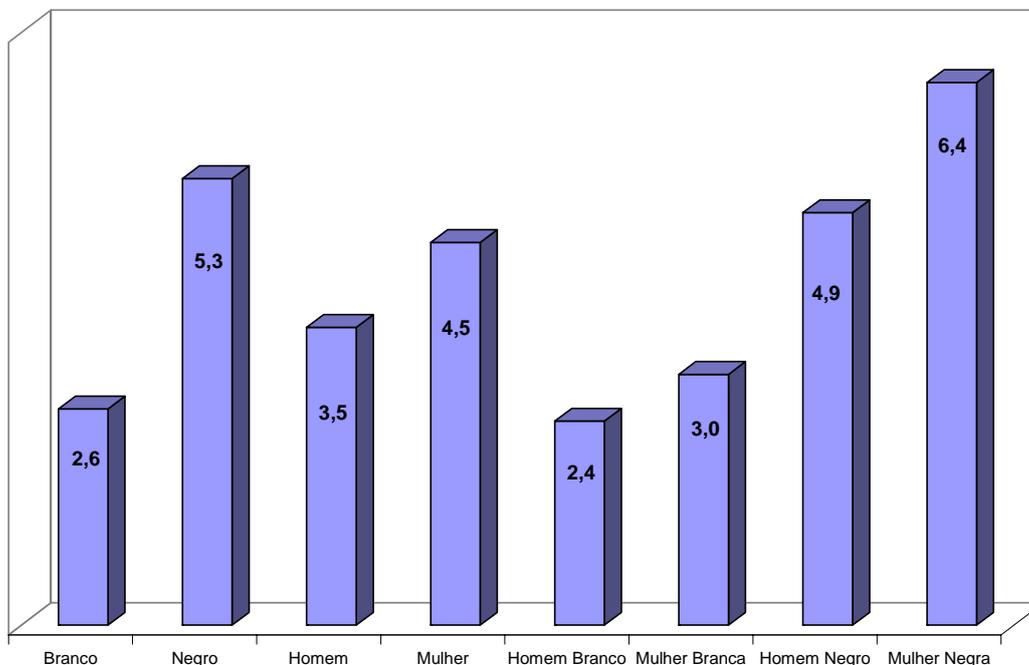


Gráfico 28

Exclusão Digital

No que se refere à exclusão digital, foram analisados os domicílios segundo tipo de chefia (masculina/feminina, negra/branca) e a posse dos seguintes itens: microcomputador, internet e telefone celular. A tendência geral nesse caso é de elevada exclusão digital da população negra, e, em especial, das mulheres negras.

- Em 2003, nos domicílios chefiados por brancos, 78% não tinham acesso a microcomputador, 83% a internet e 53,5% a telefone celular. No caso dos domicílios chefiados por negros, esses valores eram, respectivamente, de 93%, 95% e 71%. Não existem diferenças significativas entre homens e mulheres na posse desses itens. No entanto, quando se cruza a chefia por raça e sexo, percebe-se que são sempre as mulheres negras as que se encontram em pior situação e, nesse caso, estão, portanto, mais sujeitas à exclusão digital (ver tabela, 4).

Tabela 4

Proporção de domicílios que não possuem microcomputador, internet e telefone celular segundo sexo e cor/raça do chefe			
Brasil, 2003			
	Microcomputador	Internet	Celular
Homem Branco	77,1	82,4	52,1
Homem Negro	92,6	95,0	70,9
Mulher Branca	81,1	85,5	57,5
Mulher Negra	94,0	96,0	72,2

Pobreza, distribuição e desigualdade de renda

- **Pobreza:** No caso das medidas de pobreza, o indicador tradicionalmente utilizado - *renda per capita* - não é capaz de auferir os diferenciais de incidência tanto de pobreza quanto de indigência entre homens e mulheres. Isso porque é calculado por meio da soma do rendimento de todos da família e depois é dividido igualmente entre os membros familiares, o que faz com que todos do domicílio sejam igualmente pobres. Já no caso dos diferenciais de raça esse problema não se verifica, na medida em que uma família negra tende a ser toda ela composta por pessoas negras e uma família branca, por sua vez, também tende a ser composta por indivíduos de mesma raça/cor. Isso significa que podemos facilmente extrair dos dados de rendimento *per capita* os grandes diferenciais de incidência de pobreza e indigência para as populações branca e negra.

Desse modo, tomando-se as informações para 2003:

- 20% da população branca situava-se abaixo da linha de pobreza⁴, enquanto mais do dobro, ou 43%, da população negra encontrava-se na mesma situação de vulnerabilidade.
- No caso de indigência, a situação é tão ou mais grave: enquanto 7% dos brancos recebem menos de $\frac{1}{4}$ de salário mínimo *per capita* por mês, esse percentual salta para 19% da população negra, quase três vezes mais na comparação com o grupo dos brancos.

Em linhas gerais, não houve redução significativa dos percentuais de pobreza ou indigência no período de 1996 a 2003. Se não podemos afirmar que a pobreza tem um rosto feminino em função do tipo de medida utilizada, ela sem dúvida é negra, e vem se mantendo negra historicamente.

⁴ Foram considerados pobres todos aqueles cuja renda domiciliar per capita fosse de até meio salário mínimo mensal.

Proporção de pobres, segundo cor/raça
Brasil, 1996 a 2003

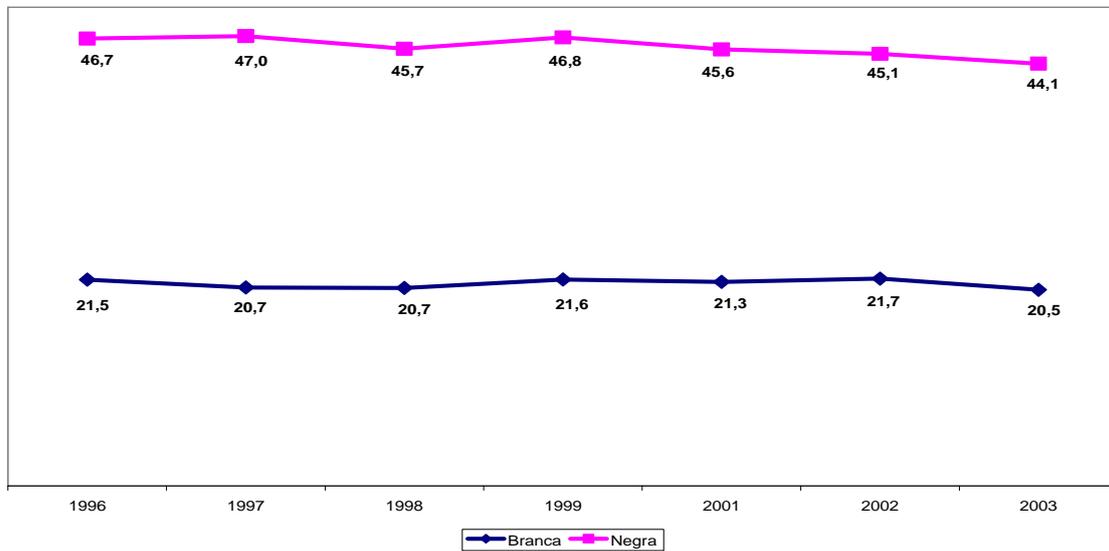


Gráfico 29

Proporção de indigentes, segundo cor/raça
Brasil, 1996 a 2003

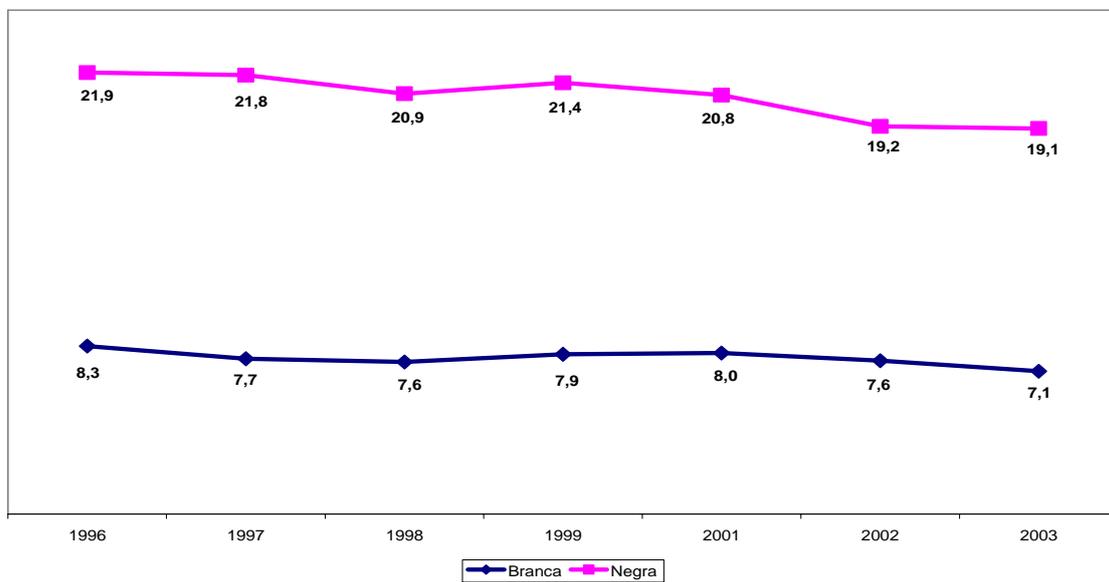


Gráfico 30

➤ **Distribuição de renda**

Por fim, cabem ser destacadas as desigualdades na distribuição de negros e brancos segundo os décimos e centésimos de renda. Essa desigualdade fica bem evidente se observarmos que quanto mais caminhamos no sentido dos décimos mais pobres para os mais ricos, mais a distribuição fica embranquecida. É interessante notar que, em 2003:

- Entre os 10% mais pobres da população, 64,6% eram negras;
- Entre os 10% mais ricos da população, o percentual de negros cai para 22,3%;
- E entre os 1% mais ricos da população, apenas 11,5% eram indivíduos negros.

Proporção de pessoas por cor/raça, segundo décimos de renda

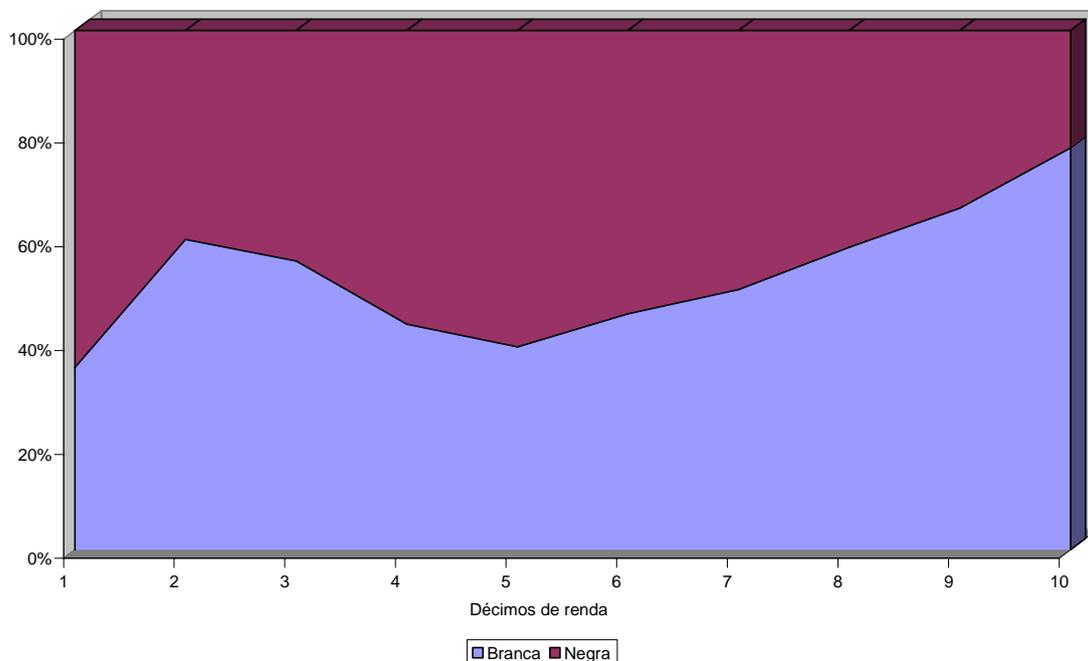


Gráfico 31

O fato é que essa distribuição tão desigual pouco se altera entre 1996 e 2003, sendo que essas pequenas variações foram no sentido de aprofundar ainda mais as desigualdades raciais. Entre homens e mulheres, novamente, não é possível observar diferenças significativas, pois os dados são calculados com base no rendimento domiciliar *per capita*.